

**Especialistas do Brasil e do Reino Unido defenderam investimentos em adaptação, compartilhamento de dados e cooperação internacional para ampliar a proteção da sociedade contra eventos extremos**

Ben Howarth, Eduard Folch, Rachel Delhaise e Claudia Prates

**Londres, 24 de junho de 2026** – O fortalecimento da colaboração entre governos, seguradoras, investidores e reguladores foi apontado como a principal estratégia para enfrentar o avanço dos riscos climáticos e reduzir o chamado "gap de proteção" — parcela dos prejuízos provocados por desastres naturais que permanece sem cobertura securitária. Essa foi a principal conclusão do painel "Insurance and Managing Climate Risks", realizado na última terça-feira, 23, na sede da Association of British Insurers (ABI), em Londres, durante o 2º Fórum Brasil- Reino Unido.

Ao abrir o debate, a diretora de Sustentabilidade da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Claudia Prates, destacou que o Brasil enfrenta um desafio particularmente complexo: enquanto os eventos climáticos extremos se tornam mais frequentes e intensos, a cobertura de seguros permanece baixa em comparação com mercados mais maduros.

Segundo ela, o cenário exige que o setor avance simultaneamente na gestão dos riscos climáticos e na ampliação da proteção da população, em linha com as novas exigências regulatórias que vêm sendo implementadas tanto no Reino Unido quanto no Brasil.

O CEO da Allianz Brasil, Eduard Folch, afirmou que três fatores vêm transformando profundamente o mercado de seguros: o aumento da frequência e da intensidade dos eventos extremos, a forte correlação entre vulnerabilidade econômica e vulnerabilidade climática e a inadequação da infraestrutura das cidades diante das novas condições climáticas.

O executivo ressaltou que, atualmente, apenas cerca de 10% das perdas provocadas por catástrofes naturais no Brasil são cobertas por seguros, enquanto a maior parte dos prejuízos recai sobre famílias, empresas e o poder público. Para ele, a resposta passa necessariamente por uma parceria estreita entre os setores público e privado. "Nenhum país conseguiu enfrentar esse desafio sem uma colaboração muito forte entre governos e seguradoras", afirmou.

Folch também destacou que as seguradoras podem contribuir muito além da indenização de perdas, oferecendo dados, modelos de risco e conhecimento técnico capazes de orientar políticas públicas de prevenção e adaptação.

**Seguro como instrumento de resiliência**

A diretora de Sustentabilidade da Convex Insurance, Rachel Delhaise, defendeu que o setor precisa comunicar de forma mais clara o valor econômico da gestão de riscos e da adaptação climática.

Segundo ela, mecanismos financeiros como títulos de catástrofe (catastrophe bonds), linhas de crédito pré-desastre e critérios de segurabilidade podem aumentar significativamente a resiliência de países e empresas. Rachel citou o caso da Jamaica, que conseguiu melhorar sua classificação de risco soberano após estruturar mecanismos financeiros de proteção contra desastres naturais.

Na avaliação da executiva, esse tipo de iniciativa demonstra que investir previamente em gestão de riscos reduz custos futuros e melhora inclusive as condições de financiamento de governos.

Ela também ressaltou que as seguradoras têm capacidade para atuar como grandes investidoras em infraestrutura resiliente, especialmente quando projetos contam com estruturas de financiamento compartilhadas com organismos multilaterais.

**Adaptação ganha espaço na agenda internacional**

Representando a Associação Britânica de Seguradoras (ABI em inglês), Ben Howarth, head de Sustentabilidade e Clima da entidade, afirmou que a adaptação climática vem assumindo papel cada vez mais relevante na agenda internacional, movimento que, segundo ele, foi impulsionado pela presidência brasileira da COP.

O executivo explicou que o regulador britânico ampliou significativamente as exigências relacionadas à gestão dos riscos climáticos, levando as seguradoras a identificar de forma mais precisa quais riscos são efetivamente materiais para cada empresa.

Para Howarth, essa abordagem permite direcionar melhor investimentos e esforços de adaptação. Ele também destacou que o Reino Unido discute atualmente uma meta nacional para impedir que o gap de proteção aumente em razão das mudanças climáticas.

"O desafio agora é estabelecer objetivos claros para adaptação e resiliência, da mesma forma que o mundo fez com as metas de descarbonização", afirmou.

### **Construção resiliente e manutenção da infraestrutura**

Na etapa final do painel, os participantes responderam quais deveriam ser as prioridades da próxima década para governos e seguradoras.

Rachel Delhaise defendeu normas mais rigorosas para padrões construtivos, fiscalização efetiva das edificações e ampliação dos investimentos em infraestrutura resiliente.

Já Eduard Folch reforçou que o papel histórico do seguro sempre foi proteger o futuro por meio da distribuição dos riscos e lembrou que o setor já influenciou importantes avanços em segurança patrimonial e prevenção.

Segundo ele, além de ampliar a cultura do seguro, os governos precisam investir em infraestrutura preparada para eventos extremos, criar incentivos para a contratação de seguros e estruturar mecanismos financeiros capazes de responder rapidamente às grandes catástrofes.

Ben Howarth acrescentou que os governos também devem simplificar as exigências regulatórias impostas às seguradoras, permitindo que mais recursos sejam direcionados para ações concretas de adaptação em vez de processos burocráticos. Ele defendeu ainda maior compartilhamento de dados entre setor privado e poder público para orientar investimentos nas áreas de maior vulnerabilidade.

Ao longo do debate, houve consenso entre os participantes de que o aumento da frequência dos eventos climáticos exige uma mudança estrutural na forma como governos, seguradoras e investidores lidam com o risco. A cooperação internacional, o fortalecimento das parcerias público-privadas, a produção de dados e os investimentos em adaptação foram apontados como pilares fundamentais para ampliar a proteção da sociedade diante dos impactos das mudanças climáticas.

**Fonte:** [CNseg](#), em 24.06.2026.